

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE PARANAÍBA
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

Camila de Jesus Ribeiro

**EXPERIÊNCIAS DE MULHERES NEGRAS EM COLETIVOS FEMINISTAS NO
MATO GROSSO DO SUL: IDENTIDADES, GÊNERO E DIFERENÇAS**

**Paranaíba-MS
2017**

Camila de Jesus Ribeiro

**EXPERIÊNCIAS DE MULHERES NEGRAS EM COLETIVOS FEMINISTAS NO
MATO GROSSO DO SUL: IDENTIDADES, GÊNERO E DIFERENÇAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Paranaíba como exigência parcial para obtenção do título de Licenciado em Ciências Sociais.

Orientador: Profa. Dra. Juliana do Prado

**Paranaíba-MS
2017**

CAMILA DE JESUS RIBEIRO

**EXPERIÊNCIAS DE MULHERES NEGRAS EM COLETIVOS FEMINISTAS NO
MATO GROSSO DO SUL: IDENTIDADES, GÊNERO E DIFERENÇAS**

Este exemplar corresponde à redação final do trabalho de Conclusão de Curso apresentado e aprovado para a obtenção do grau de licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Paranaíba.

Aprovada em/...../.....

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Juliana do Prado (Orientadora)
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

Prof. Dr. Djalma Querino de Carvalho
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

Me. Junior Tomaz de Souza
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

AGRADECIMENTOS

À minha mãe Ana Paula e a minha avó Maria da Glória, por me ensinarem que esta não é uma conquista individual, mas fruto de muita luta e resistência de mulheres pretas que vieram antes de mim.

À minha companheira Katiúscia, pela paciência e apoio constante.

As interlocutoras desta pesquisa, que tão gentilmente contribuíram para a efetivação deste trabalho.

Ao Movimento Ocupa UEMS 2016, pelo espaço único de trocas de experiências e formação política.

Ao Coletivo Negro Theresa Affricana, que contribuiu significativamente para minha permanência neste curso de graduação.

A luta pela emancipação da mulher negra não tem por finalidade apenas formar mulheres seguras, capazes e brilhantes, que visem com isto adquirir privilégios individuais. Essas conquistas são como veículos para gerar transformações na vida da população negra.

Pedrina de Deus

RESUMO

O presente trabalho se propõe investigar a experiência de mulheres negras nos movimentos sociais em Mato Grosso do Sul. Os objetivos consistem em fazer alguns apontamentos sobre as motivações que as levam para a atuação política; observar quais possibilidades de atuação e rupturas com contextos de racismos, machismos e experiências de subalternidade. Para tanto, utilizamos como fonte de dados os depoimentos e relatos de vivências de ativistas de dois coletivos atuantes no Estado. Os resultados da investigação apontam que os coletivos estudados, além de permitir o protagonismo de mulheres negras na atuação política, constituem também redes de apoio emocional às mulheres negras no Estado.

Palavras-Chave: Mulheres Negras, Identidades, Gênero, Diferenças.

ABSTRACT

The present work intends to investigate the experience of black women in social movements in Mato Grosso do Sul. The objectives are to make some notes about the motivations that lead them to political action; to observe what possibilities of action and ruptures with contexts of racism, machismo and experiences of subalternity. For that, we use as data source the testimonies and experiences reports of activists of two collectives acting in the State. The results of the research show that the groups studied, besides allowing the protagonism of black women in the political action, also constitute networks of emotional support to the black women in the State.

Keywords: Black Women, Identities, Gender, Differences.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 MACHISMO NO MOVIMENTO NEGRO, TRABALHO E ATUAÇÃO POLÍTICA.	15
3 EXPERIÊNCIAS DE MIGRAÇÃO	21
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
5 REFERÊNCIAS.....	29

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objeto a experiência de mulheres negras com o movimento social no Estado de Mato Grosso do Sul. O objetivo é entender as motivações que as levam para o movimento, quais possibilidades de atuação e rupturas com contextos de racismo, machismo e experiências de subalternidade.

Assim, este trabalho configura-se num estudo sobre o as mulheres negras em Mato Grosso do Sul, bem como sua relação com os movimentos sociais. Para tanto, nos baseamos nos depoimentos de mulheres de dois coletivos de mulheres negras atuantes no Estado, um na cidade de Campo Grande e outro em Paranaíba. Observa-se também que para além da atuação política dos movimentos, destacam-se histórias de vida, experiências em comum que as levam para a atuação política.

Nesse sentido, este trabalho se propõe reconhecer dentro dos dois coletivos acima citados, as motivações que confluem na atuação política dessas mulheres negras, bem como as relações sociais que estão imbricadas nesse processo de auto-afirmação por meio dos movimentos sociais.

A articulação dos coletivos de mulheres negras pode ser melhor compreendida a partir do conceito de Diferença como categoria analítica (Brah,2006) na medida que a expressam sua experiência racializada, diretamente ligadas à questões de gênero, sexualidade, classe social e geração. Nas palavras da autora:

“A questão-chave, então, não diz respeito à “diferença” em si, mas a quem define a diferença, como diferentes categorias de mulheres são representadas dentro dos discursos da “diferença” e se a “diferença” diferencia lateral ou hierarquicamente. Precisamos de maior clareza conceitual na análise da diferença.” (Brah, 2006, p.358)

Conforme argumentaremos no decorrer do trabalho, a história das interlocutoras, antes de ser uma história de vítimas, revela o protagonismo de mulheres negras e seus esforços para o controle de suas vidas e seus destinos.

Para tanto, utilizamos também a concepção de Diáspora Africana presente em Luiza Bairros, que define o caráter afro-diaspórico como elemento de compreensão sobre as experiências negras em relação aos deslocamentos em busca de melhores condições de vida. Em suas palavras:

Um constitui a nós negros como grupo em que dimensão de raça extrapola qualquer outra condição. Ou seja, um negro é antes de tudo um negro, com todas as conotações de subordinação que isto implica, em qualquer parte do chamado Novo

Mundo (...). O outro tem a ver com o fato de que o racismo antinegro, estabelecido globalmente, nos permite incorporar experiências que dizem respeito não apenas à nossa realidade mais imediata, mas também a de outros negros, mesmo que nunca as tenhamos vivenciado diretamente. Há elementos na nossa identidade negra que são, por assim dizer, globais. E isso ocorre mesmo considerando que ela é mediada por diferenças nacionais, de gênero e classe social. (Bairros, 1996,p.173)

Neste sentido, um tema central da população negra brasileira, em relação ao seu movimento, é a trajetória política voltada a desenvolver diversas estratégias de luta pela inclusão social do negro e superação do racismo.

Tais estratégias também se fazem presentes na atuação política das mulheres negras brasileiras, sendo que em sociedades ocidentais que tiveram experiência da escravidão, no caso da sociedade brasileira, há não só a associação da mulher negra ao trabalho doméstico, como há também sua associação à condição de objeto sexual, tão celebrada nacional e internacionalmente no Carnaval (Gonzales, 1984; Giacomini, 2006).

Esse condicionamento das mulheres negras a determinados lugares constitui um desafio para o movimento social no Brasil. Parte da estratégia para reconhecer as especificidades das mulheres negras é o desenvolvimento de um pensamento feminista negro, enquanto sujeitos históricos se tornam protagonistas na luta por justiça social, bem como das narrativas de suas histórias.

O movimento de mulheres negras no Brasil data a década de 1980 e iniciou-se a partir das relações que as mulheres negras tinham com o movimento negro e com o movimento feminista e das críticas que elas faziam a ambos. Este novo movimento social tem suas fundamentações nas reflexões de mulheres negras acerca das várias formas de opressão existentes no Brasil e de suas relações por meio das relações entre raça, gênero e classe, uma vez que, estas questões eram deixadas em segundo plano em outros movimentos sociais.

Constitui-se buscando assegurar em nível subjetivo, político e social o direito de ser e viver como mulher negra, cria-se fóruns específicos, coletivos e outras formas organizativas em todo o país.

Destacamos aqui as principais organizações que emergem neste período: Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo/ CECF; criados em 1983, Coletivos de Mulheres Negras sob a liderança de Thereza Santos em São Paulo, e a fundação do Nzinga no Rio de Janeiro capitaneada por Lélia Gonzalez.

Em 1986, institui-se o Coletivo de Mulheres Negras da Baixada em Santos/SP e o Geledés – Instituto da Mulher Negra em São Paulo; surge, também em 1986, o Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa do Maranhão; em 1987, cria-se o Grupo Maria Mulher no Rio Grande do Sul.

Em 1992, surge o Criola; 1993, Eleeko; o Coletivo de Mulheres Negras Laudelina de Campos Mello, em Campinas/SP. Em 1995, tem-se o Grupo Iyalodê em Salvador/BA; o Grupo de Mulheres Malunga em Goiás; a Casa da Mulher Catarina em Santa Catarina; em 1993, o Nzinga Coletivo de Mulheres Negras de Belo Horizonte/MG; o AMMA Psique e Negritude em 1995 e Fala Preta! Organização de Mulheres Negras em 1997; o IMENA/Instituto de mulheres negras do Amapá em 1999 e no ano 2000, institui-se o Coletivo de Mulheres Negras Esperança Garcia do Piauí.

Na região Centro-oeste: Coletivo de Mulheres Negras do Distrito Federal, foi criado em 1990; Grupo de Mulheres Negras Dandara do Cerrado que surgiu em 1991, transformada em ONG em 2002; e o Grupo de Mulheres Negras Malunga/Gôiania, fundado em 1999, em Goiás. Em Cuiabá, Mato Grosso, organiza-se, a partir de 2002, e o IMUNE/Instituto de Mulheres Negras de Mato Grosso¹.

No caso das mulheres negras em Mato Grosso do Sul, essa luta se expressa por meio da entrada dessas mulheres no cenário dos movimentos sociais em 1985, com o Coletivo de Mulheres Negras de Mato Grosso do Sul (CMNEGRAS) “Raimunda Luzia de Brito”; cria-se, também o Instituto da Mulher Negra do Pantanal/IMNEGRA, fundado em 2003, em Corumbá/MS².

Especificamente em Mato Grosso do Sul, podemos observar uma articulação política das mulheres negras com outros atores sociais, são eles: movimento sindical e negro.

O CAMPO

Retomando o que já foi exposto acima, este estudo procura compreender como as experiências de subalternidade das mulheres negras levam à atuação política, bem como esta está marcada pela diferença de raça, gênero, classe social e geração. E, igualmente compreendendo as estratégias de que se valem e os apoios que buscam dentro dos movimentos sociais.

A temática se insere de forma mais ampla nas discussões acerca da importância dessas mulheres no fazer histórico sobre a mulher negra em sociedades hegemônicas, bem como demonstram a resistência delas em relação ao machismo que as afeta. Seja nas relações afetivas, seja dentro do movimento negro. Além do machismo cotidiano encontram-se sujeitas

¹ Conforme consta em Carneiro (2004).

² Mapeado por Santos (2005)

ao racismo social e cultural; articulado com os preconceitos referentes à condição socioeconômica.

Dito isso, faz-se importante situar que o interesse pela temática foi-se constituindo em minha trajetória existencial, no vivido como mulher negra, lésbica e periférica; nascida em Paranaíba, a primeira entre os três filhos gerados de um casal afrodescendente. A mãe, semi-analfabeta, ainda na pré-adolescência deixa a escola para trabalhar em toda sorte de trabalho doméstico. Embora com pouca escolaridade, foi com minha mãe que eu e meus irmãos iniciamos nossa consciência de negritude. Entre conselhos, conversas e às vezes alguma repreensão, lá estava ela a dizer que não podíamos agir de forma incorreta, tínhamos de ter cuidados com a higiene do corpo, das roupas, porque tínhamos uma grande desvantagem em relação a algumas pessoas: éramos pretos.

Uma decisão de minha mãe, que considero importantíssima para minha trajetória e foi a de insistir para que concluíssemos o Ensino Médio, ela dizia: “A educação é a única coisa valiosa que eu posso deixar para vocês!”. Não entendíamos tal atitude; hoje percebemos e identificamos essa posição como sendo uma atitude de enfrentamento e resistência às situações de desprestígios impostas à população negra.

Assim, entre essas e outras vivências, posso dizer que minha mãe, a seu modo, iniciou-me na compreensão das relações humanas desiguais e excludentes por conta da cor da pele das pessoas. E assim fui me constituindo negra, já atenta a algumas armadilhas do racismo.

Minha curta trajetória dentro de movimentos sociais inicia-se em 2013, com meu ingresso no Coletivo de diversidade sexual (DIVERSAS) e no Coletivo negro Theresa Africana. E, por conta dessas atuações, pude perceber que o dito pela minha mãe, era uma prática ressignificada em várias famílias negras, e que as mazelas vividas na infância, adolescência e juventude, irmanava-me com mulheres negras de todo o Brasil.

Parte dessa consciência de pertencimento, o interesse pela temática abordada neste trabalho vem de experiências anteriores e inquieta-se de múltiplas vivências em desafiantes espaços, que me constituem mulher, lésbica, negra, e sul-mato-grossense.

Nesse propósito, com intuito de entender a aglutinação das mulheres negras em Mato Grosso do Sul, fomos ao encontro de dois coletivos atuantes no Estado.

Vale salientar que com objetivo de preservar a identidade das interlocutoras, elas são referidas na pesquisa por meio de nomes fictícios, bem como os coletivos também serão tratados por nomes africanos: UBUNTU e ABAYOMI.

UBUNTU é uma antiga palavra africana da língua Zulu, que remete ao conceito de que uma pessoa só se torna uma pessoa por meio de outras pessoas. Já a palavra ABAYOMI tem origem Iorubá e significa encontro precioso.

O Coletivo UBUNTU, criou-se em 1995 na cidade de Campo Grande, trata-se de uma entidade não governamental, com atuação nas questões relativas às Políticas de Promoção da Igualdade de Gênero e Raça, no combate à discriminação, preconceito, racismo, sexismo, homofobia e todas as formas correlatas de exclusão, opressão, luta em defesa dos direitos das mulheres na especificidade às Mulheres Negras.

Sendo o primeiro coletivo de mulheres negras do Estado de Mato Grosso do Sul, o Coletivo é simbólico para a luta do povo negro, tendo em vista que não só homenageia uma das mulheres negras mais combativas do Estado, bem como demarca, na pessoa dela, focos de luta e resistência afro-brasileira, nesta parte do Brasil.

O Coletivo ABAYOMI formou-se em julho de 2015, na cidade de São Paulo. Com mulheres oriundas das trajetórias de militâncias individuais, de Coletivos Independentes e de outros grupos políticos do Movimento Negro, atuação esta marcada por um contexto de migração. Em suma, busca a autonomia das mulheres pretas por meio da criação de redes de apoio e de promoção de identidade cultural a partir da promoção de espaços de diálogo que proporcionam o acolhimento da mulher preta no âmbito subjetivo e objetivo de suas demandas, buscando assim, soluções para conflitos e sofrimentos das mulheres pretas.

Como estratégia de atuação, o coletivo divide suas participantes em frentes de atuação, uma dessas frentes está atuando em Paranaíba há um ano, trazido por mulheres que migraram para esta cidade para cursar o ensino superior. A atuação se dá com o intuito de fortalecer e difundir as questões das mulheres negras, pautando a necessidade política de uma organização de mulheres negras na cidade.

Optamos por uma atitude metodológica construída com inspirações no conceito de Diferenças proposto por Avtar Brah (2006), no sentido de entender as diferenças como operantes na construção das relações sociais, na subjetividade e na identidade social dessas mulheres. Entendemos ser essa a perspectiva mais adequada para tratar de uma investigação ancorada e teorizada na experiência vivida por mulheres negras.

Para fundamentar a escolha por realizar pesquisa, nos aproximamos das leituras de PICISTELI (2002).

A partir dessa perspectiva, o processo se deu da seguinte forma: primeiramente, identificamos as militantes dos coletivos e fizemos o convite. Em seguida, agendamos uma

entrevista coletiva com cada organização. A primeira se deu na cidade de Campo Grande e a segunda na cidade de Paranaíba.

Durante as entrevistas coletivas como metodologia de coleta de dados, o conteúdo foi gravado e transcrito para posterior análise.

Em consonância com a concepção metodológica, buscamos nas leituras de Gomes (1995); Oliveira (2006); Munanga (2008); Bairros (1996); Hall (2003); Spivak (2010), entre outros e outras, referenciais importantes para sustentar teoricamente a abordagem do vivido pelas mulheres negras interlocutoras desta pesquisa no que se refere à temática abordada.

Diante do exposto, este trabalho está assim organizado: No primeiro capítulo, trazemos a narrativa freqüente das mulheres dos movimentos que foram entrevistadas, de romper com o movimento negro por causa do machismo e do “lugar” destinado às mulheres dentro das organizações.

No segundo capítulo, sobre a questão de deslocamentos que muitas das mulheres entrevistadas relataram revelando o quanto muitas delas tem uma atuação no Estado muito vinculada a uma experiência de vida marcada pela migração.

Ao final do trabalho, tecemos considerações sobre os eixos que perpassam a experiência das interlocutoras com relação à sua entrada e atuação junto aos movimentos sociais e os aspectos geracionais emergem nos discursos.

MACHISMO NO MOVIMENTO NEGRO, TRABALHO E ATUAÇÃO POLÍTICA.

“[...]Enquanto o movimento negro achava que iriam manter as pretas arrumando a mesa, aí vem essas frentes e nós começamos a tomar outros rumos na vida[...]”
(Lila, 62 anos, aposentada)

As referências acerca do movimento de mulheres negras, no sentido de elaborar estratégias e de implementá-las em vista de superar toda a ordem e todas as formas de injustiças, são marcadores fundamentais para esta pesquisa. Entendemos que as críticas tecidas pelas mulheres negras ao movimento negro no Brasil e em Mato Grosso do Sul em especial, nos levam a perceber a forma como este se constitui politicamente, bem como suas experiências neste contexto.

No cenário nacional, a partir da década de 1980, militantes como Lélia Gonzales e Luíza Bairros iniciam as discussões a respeito das críticas das mulheres negras em relação ao Movimento Negro, há uma narrativa freqüente da necessidade das mulheres de romper com o movimento negro por causa do machismo e do “lugar” destinado à elas, bem como o alijamento das pautas referentes às mulheres negras dentro das organizações de militância. (Carneiro,...) Como aparece no relato seguinte:

“Então, o coletivo de mulheres negras, eu sou uma das co-fundadoras, ele nasce com um rompimento, então até esses dias eu estava falando com as meninas, agente rompeu com o grupo misto, nós já nascemos incomodando, nós já adotamos um registro de nascimento que incomodou desde que nós nascemos já veio com estereótipos de “Essas nega metida”, “Essas nega besta”, então agente já veio com vários estereótipos.” (Zafira, 58 anos, professora)

O movimento negro é uma organização política que cumpre o papel de explicitar a contradição racial presente no cenário social, político e econômico (Cunha: 1992 Apud Sousa: 1997). De importância irrefutável em relação à crítica ao mito da democracia racial e combate à discriminação racial nos últimos três decênios do Brasil.

É de extrema importância o fato das mulheres negras se estabelecerem, no interior do movimento negro, criando espaços de reflexão e sistematização de suas lutas. Lélia Gonzalez é um dos melhores exemplos a ser mencionada, como liderança, deste projeto de interferência no movimento negro.

A luta do Movimento negro contra o racismo e suas manifestações através do preconceito e da discriminação racial e contra as contradições presentes na relação entre os brancos e não brancos tem feito progressos notáveis no campo dos direitos sociais e humanos. Contudo, em relação às pautas levantadas pelas mulheres negras, trazem uma demanda de ampliação desta luta, pois de apreender na dinâmica social os antagonismos presentes e inerentes a ela, corroboram para a efetivação de uma equidade entre homens e mulheres dentro dos movimentos sociais (OLIVEIRA,1997).

Estas questões levantadas por mulheres negras no cenário nacional, também são enfatizadas pelas interlocutoras desta pesquisa, posto que os desdobramentos de gênero tornam-se determinantes para a busca de um movimento não hierárquico.

Conforme destaca uma militante do Coletivo Ubuntu:

“[...] Aí foi aquilo e nós fomos percebendo que nós mulheres negras, agente tinha uma utilidade arrumar mesa, enfeitar e arrumar, e eles sentavam na mesa pra discutir, então aquilo foi uma afronta, néh. Peraí, se nós podemos arrumar a mesa nós vamos arrumar a mesa e sentar na mesa e falar. E aí agente rompe, quando agente rompe foi um parto fórceps, não foi nada lindo e maravilhoso, agente teve muita opressão, sofremos muita opressão mesmo. Pra desestabilizar e desmontar o nosso objetivo. Porque? Por essas pretas tão pensando o que? Essas mulheres negras tão pensando o quê? “Elas têm que ficar aí arrumando a mesa.” E é lógico, agente tava com muito mais vigor, com muito mais vontade de luta, agente tava com a coisa acesa mesmo, muita vontade e aí nós seguimos com esse objetivo[...]” (Lila, 62 anos, aposentada)

Neste sentido, a emergência do Coletivo Ubuntu a partir da década de 1990 está diretamente ligada à necessidade de romper com as dinâmicas de relações de gênero nas quais os homens detinham maior atuação dentro do movimento negro, destaca-se ainda o papel de protagonismo social que se busca com a criação de um novo movimento.

Tais questionamentos também estão presentes entre as militantes do Coletivo Abayomi:

“[...]Víamos que os homens eram os que tinham protagonismo dentro do movimento, as mulheres eram maioria mas essas mulheres eram colocadas no trabalho de cortar pão, fazer os trabalhos de base, enquanto os homens sempre estavam a frente dos eventos. Sempre que tínhamos uma entrevista para dar eles colocavam os homens e quando tinham coisas de trabalho de base era delegado à mulheres fazerem esse trabalho[...]” (Dandara,24 anos,estudante)

Isto vai culminar no que Carneiro (2001) evidencia como uma luta diária, que se impõe às mulheres negras como forma de assegurar que as conquistas no campo racial não sejam inviabilizadas pelas persistências das desigualdades de gênero.

Como fica evidente no depoimento de Areta (23 anos, estudante):

“[...]O que motivou a nossa saída foi a contestação das mulheres dentro de um movimento negro que não dava conta mais das nossas pautas[...]”.

O depoimento de Areta nos leva a considerar que o Feminismo Negro é um movimento social e um segmento protagonizado por mulheres negras, com o objetivo de promover e trazer visibilidade às suas pautas e reivindicar seus direitos. Na medida em que o Movimento Negro tinha sua face machista, as relações de gênero funcionavam como fortes repressoras da autonomia feminina e impediam que as ativistas negras ocupassem posições de igualdade junto aos homens negros. (Carneiro,2001)

Para as militantes:

“[...] Através do machismo e do preconceito do homem preto, entendemos as hierarquias estabelecidas na sociedade, nós entendemos que o homem preto também exerce alguns tipos de opressão e violência sobre as mulheres. Uma dessas violências é não deixar a gente se organizar politicamente dentro do movimento social, e eu acho que isso deu uma força maior pras mulheres conhecer outras mulheres que queriam construir um novo mundo a partir dessa nova perspectiva que incluía a mulher negra também nessa zona de protagonismo[...]”(Hakima,20 anos,estudante)

Os depoimentos acima, nos permitem analisar como a dinâmica racial da experiência do movimento se relaciona com gênero. Assim, em uma perspectiva relacional, é possível observar como as feminilidades dentro do movimento se relacionam com as masculinidades, em relação de resistência e ruptura ao que se estabelece (Connel,2013). De modo que as mulheres sejam invisibilizadas e subalternizadas dentro do movimento negro geral – o que as motiva a criarem seus próprios espaços de atuação política.

Contudo, as experiências vividas pelas mulheres negras dentro do Movimento Negro, não se dão exclusivamente no âmbito racial e de gênero. Há também um descontentamento das mulheres negras em organizações sindicais sul-mato-grossenses, como evidencia Zafira:

“[...]Aí quando agente chega no movimento sindical, agente tem que quebrar várias barreiras, tem a questão da luta de classe, a questão da

discriminação por gênero, a discriminação racial, também a questão da discriminação profissional, e nesse momento foi que eu tive a necessidade de me formar e conversar com outros movimentos e ver que sociedade era essa, né?[...]”(Zafira,58 anos, enfermeira)

Neste contexto, como argumenta ROSA(2015), o racismo ainda tão presente no mercado de trabalho é o que faz com que e as mulheres negras se afastem do meio sindical. A mulher negra continua vivendo uma situação marcada pela dupla discriminação: ser mulher em uma sociedade machista e ser negra numa sociedade racista. Isso faz com que elas se afastem de situações de confronto político e de interesses, por isso, vemos tão poucas dirigentes sindicais negras.

A falta de representatividade nos cargos de diligências dentro do movimento sindical, também demonstra a necessidade das mulheres negras estabelecerem diálogo com um movimento feminista negro.

“[...]Sou de uma categoria onde 70% é mulher, e essas mulheres ainda não perceberam a força que tem, tanto é que agente ainda arruma a mesa, ganha no sindicato e poucas ainda estão a frente do sindicato[...]”(Zafira,58 anos, enfermeira)

Assim, o machismo presente na vida das mulheres negras também se expressa por meio da subordinação de suas experiências com relação ao mercado de trabalho. É no espaço do cotidiano, repleto de complexidades, que se forjam as lutas para a conquista dos direitos sociais das mulheres negras. E o processo de luta dessas mulheres vem se desenvolvendo a partir das desigualdades que têm como origem as relações sociais.

Como podemos ver, na narrativa das interlocutoras:

“[...] estudei, eu consegui terminar o segundo grau e não conseguia trabalho, aí eu terminei o curso de contabilidade que era um curso técnico, eu tirei o CRC e aí fui procurar serviço. Eu chegava e eles sempre falavam assim: Olha, não estamos precisando. E eu dizia: Mas tem um cartaz dizendo que tem uma vaga, e eles respondiam, Já conseguimos uma pessoa. Então tudo bem, eu consegui numa loja de móveis, só que era meio salário. Se você quiser trabalhar aqui é meio salário, só que você tem que fazer a parte do escritório, e no intervalo você tem que limpar toda a poeira dos móveis novos, não pode ficar com poeira. Mesmo eu sendo formada, sendo contadora e tendo experiência, ele me disse que só pagava meio salário[...]”(Makena, 55 anos, empresária)

Lélia Gonzalez (1984) analisa os sentidos ligados ao trabalho das mulheres negras desde 1950, em que 10% trabalhavam na agricultura e na indústria, enquanto 90% estavam na

prestação de serviços pessoais. Para a autora, mulheres negras ligadas à prestação de serviços domésticos estão vinculadas à super-exploração econômica e sexual e a baixa remuneração (Gonzales, 1984). Como diz o relato de Hakima:

“Minha entrada na militância foi a minha busca pra entrar no mercado de trabalho de uma forma que não fosse o telemarketing[...]” (Hakima, 20 anos, estudante)

A entrada para o movimento também teve uma aspiração profissional, entre outras motivações.

Esse condicionamento das mulheres negras a determinados lugares constitui um desafio para as mulheres negras no Brasil. Parte da estratégia para reconhecer as especificidades das mulheres negras é o desenvolvimento de um pensamento feminista negro, em que elas se tornem protagonistas de suas histórias.

Consta-se em Lelia Gonzalez:

“No que diz respeito à luta pela vida, compreendida na resistência cotidiana que acolhe “... é a mulher negra anônima, sustentáculo econômico, afetivo e moral de sua família, aquela que desempenha o papel mais importante. Exatamente porque, com sua força e corajosa capacidade de luta pela sobrevivência, transmite a suas irmãs mais afortunadas, o ímpeto de não nos recusarmos à luta pelo nosso povo. Mas, sobretudo porque, como na dialética do senhor e do escravo de Hegel – apesar da pobreza, da solidão quanto a um companheiro, da aparente submissão, é ela a portadora da chama da libertação, justamente porque não tem nada a perder”. (Gonzalez: 1982: 104).

A mulher negra sempre necessitou estar inserida na luta por melhores condições de existência e isto se dava através de diversas formas de organização, desde o período escravista, na pós-abolição e até os dias atuais, com organizações que nem sempre se acomodaram nos moldes formais, mas que sempre foram constantes.

Assim, as experiências de subalternidade – tanto nas relações de gênero, quanto no trabalho – as levam para atuação política e, sobretudo à constituições de redes de relações entre mulheres com experiências semelhantes. Isso se expressa no depoimento de Kamili:

“[...]Nos dá a sensação, diante de tudo isso que agente passa e que agente vive desde que agente nasce nesse mundo, quando a gente entra pra um coletivo como esse, percebemos que não estamos só. Somos a metade das mulheres desse país, as vezes muitas em situação de violência, de pobreza e de dificuldade, que é o lugar que agente ocupa, grande parte de nos na sociedade, as vezes temos a impressão que estamos sozinhas, mas nós não estamos sós. Então quando agente vai para o coletivo e agente se junta, agente se fortalece coletivamente. Ocupa espaços de lutas por direitos, que são os conselhos, assim nós ocupamos espaço nos conselhos do direito do

negro, da mulher, da saúde e nos fóruns[...]” (Kamili, 33 anos, pesquisadora)

A articulação política das mulheres negras com os movimentos sindical e negro, bem como a sua inserção no mercado de trabalho pode ser melhor compreendida com base nas reflexões de Spivak (2010) sobre a possibilidade do subalterno falar. Uma vez que as opressões sofridas em seu cotidiano, também presentes nas organizações políticas dizem respeito ao racismo, relacionando-se ao machismo e à desigualdade de classe.

Spivak (2010), retomando o significado que Gramsci atribuiu ao termo “SUBALTERNO”, descreve como sendo as camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante. Especialmente levando em conta, que sociedades que passaram pela história colonial, a subalternidade é colocada de forma aliada às diferenças de raça e gênero, entre outros.

Em outras palavras, “Se, no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade.” (Spivak, p.57, 2010)

O campo de pesquisa analisado demonstra que as interlocutoras experienciaram situações de subalternidade nas relações de gênero e no trabalho. Essas relações marcaram suas vidas ao ponto de motivá-las para entrarem em Coletivos de Mulheres Negras. Ou seja, houve uma resistência às experiências de subalternidade que viveram, no sentido de não se manterem como subalternas em relação aos homens e às experiências de precariedade no trabalho. Conforme explica Almeida:

“Spivak exemplifica seu argumento de que o subalterno, nesse caso em especial, a mulher como subalterna, não pode falar e quando tenta fazê-lo não encontra os meios para se fazer ouvir.” (Almeida, p.15, 2010).

EXPERIÊNCIAS DE MIGRAÇÃO

No primeiro capítulo trouxe as motivações das mulheres negras para entrarem nos coletivos, com relação às suas experiências de subalternidade. Feito isto, neste capítulo fazemos uma reflexão a partir do campo, sobre como essas mulheres, marcadas por experiências de migração, articularam os sentidos identitários no Mato Grosso do Sul.

Para tanto, nos pautamos nas concepções de Stuart Hall (2003) sobre os deslocamentos no contexto diaspórico. Nas palavras do autor “A migração e os deslocamentos dos povos tem constituído mais a regra que a exceção, produzindo sociedades étnica ou culturalmente ‘mistas’.” (Hall,2003, p.55)

Estes deslocamentos estão presentes na narrativa das interlocutoras, tanto em relação às experiências pessoais, quanto em relação à atuação política dessas mulheres no Estado. Como relata Dandara:

“[...]Conheci a militância a partir dos movimentos de moradia na cidade de São Paulo. [...] Nesse momento morando na ocupação eu comecei estudar num cursinho popular, e no cursinho popular eu conheci outras organizações populares que não era do movimento de luta por moradia. Então eu conheci o partido comunista, até então o único contato partidário que eu tive era com o PT, conheci os movimentos estudantis e nesse movimento eu comecei a me envolver com outras organizações e participar de outras atividades e foi aí que eu comecei descarrilar na militância e percorrer vários espaços de atuação política [...] depois que eu vim para o Mato Grosso do Sul [...] agora agente tem atuado com o Coletivo. Entendendo a emergência e a importância de se discutir as pautas de mulheres negras na cidade e trazer a importância desse debate para as outras mulheres também. Não apenas com mulheres pretas, de somar e agregar com as manas que estão dispostas a escutar e construir dentro dessas pautas.” (Dandara, 24 anos, estudante)

Em alguns casos, esta migração se dá desde seus pais, em busca de melhores condições de vida, como menciona Areta:

“ Tenho 23 anos, sou filha de nordestinos pernambucanos, que foram pra São Paulo ganhar a vida, onde tinha a possibilidade de crescer, como o sonho paulista [...] Em 2013 eu estava trabalhando em condições extremas, acordava as 5 da manhã e chegava em casa 1 da manhã. Nessa rotina que estava, preferi fazer o Enem e vir para o Mato Grosso do Sul. A partir da

minha entrada na universidade, algumas perspectivas minhas sobre a militância mudaram, tanto sobre a questão feminista, quanto sobre o movimento negro e partidária começaram a se concretizar melhor e eu comecei a compreender melhor essa sociedade e como essas coisas se dão.” (Areta, 23 anos, estudante)

O deslocamento em busca de melhores condições de vida é o que faz com que Dandara e Areta saiam da periferia de São Paulo venham para Mato Grosso do Sul, esse objetivo também faz com que Makena vá para outros lugares em busca de trabalho. Isso demonstra como há um aspecto geracional presente nas narrativas, entre as interlocutoras mais novas, o processo de migração está diretamente ligado ao ingresso na Universidade, enquanto para as militantes de mais idade, seu deslocamento se dá por conta de relações de trabalho e relações afetivas. Como ela descreve:

“. Meu pai veio de uma família grande, e a mãe dele distribuiu os filhos, eles vieram da Bahia, ela tinha 12 filhos e o meu avo morreu e ela deu os filhos, um para o dono do mercado, outro pra o dono da horta e assim por diante, foi distribuindo as crianças, aí meu pai pegou e ficou com o japonês, ele se perdeu da família [...] Daí meu tio disse deixa ela aqui, eu consigo emprego pra ela. Daí fiquei lá em Presidente Prudente durante um ano, e comecei a trabalhar na feira com eles. Fiquei um período trabalhando na feira e voltei pra casa.” (Makena, 55 anos, empresária)

Neste contexto, outros motivos de deslocamento são os de relações afetivas e todas implicações que isso concerne. Como conta Makena:

“Então, casei [...] fui parar lá em Tocantins, a gente foi de mudanças pra Palmas. Aí fomos pra lá, trabalhando muito, eu fazia parte do administrativo e ele as vendas externas. De repente, Acordei com ele me espancando [...] De manhã peguei minhas coisas, meu filho e saí. Não sabia pra onde ir, não conhecia ninguém lá, minha família estava à 2000 km de distancia e eu não tinha dinheiro nem pra voltar. Eu vendi minhas roupas pra conseguir comprar a passagem. [...] Então eu vim embora com o meu filho e com uma mala. Sem nada, só com as malas e a roupa do corpo. Chegamos aqui e fomos começar tudo do zero, novamente.” (Makena, 55 anos, empresária)

Relatos como o de Dandara, Areta e Makena demonstram o quanto a atuação política dessas mulheres está vinculada à uma experiência de vida marcada pela migração. Contudo, o processo diaspórico não diz respeito apenas aos deslocamentos, demonstra também como esses processos migratórios estão diretamente ligados ao processo de identificação pelo qual essas mulheres passam durante sua trajetória.

Neste sentido, a reivindicação de uma identidade negra faz-se necessária no contexto brasileiro. Kabengele Munanga, sobre a necessidade de afirmação das diferenças afirma:

“A construção dessa identidade dos excluídos supõe, na perspectiva dos movimentos negros contemporâneos, o resgate de sua cultura, do seu passado histórico negado e falsificado, da consciência de sua participação positiva na construção do Brasil, da cor da sua pele inferiorizada etc... Ou seja, a recuperação de sua negritude, na sua complexidade biológica, cultural e ontológica.” (Munanga, p. 95, 2008)

E essa identificação por meio da recuperação da negritude, possibilita que tais mulheres se aglutinem em coletivos, bem como compartilhem de experiências que estão presentes no seu cotidiano.

Assim, as relações sociais estabelecidas pelas interlocutoras, bem como seu processo de identificação a partir dessas relações, estão presentes nos depoimentos a seguir:

“Lésbica desde os meus 15 anos de idade, me assumi pra minha família, desde então a minha existência é uma existência lésbica, não me relaciono afetivamente com homens desde os meus 15 anos de idade. E é isso minha vida lesbica, preta periférica, ativista e militante são as identidades que permeiam em mim.” (Dandara, 24 anos, estudante)

Isso também aparece no relato de Hakima:

“ Eu passei a me entender enquanto ativista, mulher negra e sapatão depois que eu entrei no Abayomi. E isso fez com que eu tivesse vontade de vir pra cá estudar.”(Hakima, 20 anos, estudante)

Esses processos de identificação também aparecem na narrativa das interlocutoras da cidade de Campo Grande:

“[...]tenho 33 anos, também venho da periferia daqui de Campo Grande, sou uma mulher, negra, bissexual, tenho uma companheira, sou formada em teologia e administração, fiz mestrado em ciência da religião, com pesquisas direcionadas pra questão de gênero, nesse momento.” (Kamili, 33 anos, pesquisadora)

Ao falar sobre as diferenças em sociedades multiculturais, Hall afirma que tomar essas diferenças como demarcadores de identidade, “[...] constituem sítios potenciais de resistência, intervenção e tradução.” (Hall, 2003, p. 61)

O autor afirma também que esse processo de identificação também pode ser negociado e alterado de acordo com as experiências migratórias. Em suas palavras:

“A manutenção de identidades racializadas, etnico-culturais e religiosas, e obviamente relevante a auto compreensão dessas comunidades. O fator da

"negritude" é decisivo para a identidade da terceira geração de afro-caribenhos, assim como é a fé hindu ou muçulmana para a segunda geração de certos asiáticos. Mas certamente essas comunidades não estão emparedadas em uma Tradição imutável. Assim como ocorre na maioria das diásporas, as tradições variam de acordo com a pessoa, ou mesmo dentro de uma mesma pessoa, e constantemente são revisadas e transformadas em resposta as experiências migratórias." (Hall, p. 66, 2003)

Essas negociações se evidenciam no processo de identificação vivenciado por Makena, que utiliza da identificação racializada da "Baiana do Acarajé" como meio de trabalho:

"O pessoal perguntava assim, você é baiana? E o acarajé? Aí teve um evento, e uma pessoa que tinha tomado o frape de coco, me chamou pra ir no evento e perguntou se eu podia ir vestida de baiana, e me pagava R\$ 150,00 pra ficar duas horas no evento. Aí eu pensei 150,00? To dentro. Eu herdei isso da minha mãe, ela topava tudo. Aí eu fui, me vesti de bahiana, eu não tinha muita coisa, arrumei uma saia e uma blusa, coloquei uns colares e fui lá, isso foi em 2012. [...] Mas eu saí mais feliz de lá, levantou a minha auto-estima, e na próxima feira eu já fui de turbante branco e roupa branca pra vender as coisas. O pessoal começou a me perguntar do acarajé, eu não sabia fazer acarajé, tinha que aprender a fazer. Encontrei uma baiana na internet e perguntei pra ela como fazer, ela me ensinou e eu comecei a vender o acarajé na feira. Agora eu to empoderada no acarajé." (Makena, 55 anos, empresária)

Nesse sentido, a narrativa acima demonstra a utilização da identificação com a "Baiana do Acarajé" por meio de uma negociação identitária, que articula os sentidos de "baianidade" para ter trabalho. Ou seja, ela se constrói enquanto sujeito racializado de forma a negociar sua identidade para melhorar sua condição de vida.

Em outras palavras, as interlocutoras acionam a diferença racial enquanto agenciamento, tanto para entrarem no mercado de trabalho, quanto para atuarem politicamente em experiências que, entre as mais jovens, vão além da universidade e, entre as mulheres acima de quarenta anos, além das experiências de violência afetiva. Observa-se que o caráter geracional, isto é, que se relaciona com a idade das interlocutoras perpassam suas trajetórias quando lidam com a racialização, trabalho, sexualidade e universidade.

Neste contexto, ao tornar-se "Baiana do Acarajé" em Mato Grosso do Sul, Makena torna-se negra num processo de negociação identitário, revelando que a questão de migração também se faz presente.

Podemos entender o campo pela reflexão de Hall as identidades: "Em condições diaspóricas, as pessoas geralmente são obrigadas a adotar posições de identificação deslocadas, múltiplas e hifenizadas." (Hall, 2003, p.76)

Assim, a identidade não é fixa. Ela é elaborada e contextualmente negociada. Pois, ela se altera de acordo com a experiência migratória. “todos negociam culturalmente em algum ponto do espectro da *differance*, onde as disjunções de tempo, geração, espacialização e disseminação se recusam a ser nitidamente alinhadas.” (Hall, 2003, p. 76)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“[...] tudo isso mostra que toda vez que eu me levanto de manhã há uma identidade em mim que vai dizer o lugar de onde eu faço as minhas lutas, e o lugar que tentam me delegar nessa sociedade, ao qual eu tenho que combater constantemente, porque nossa sociedade é preconceituosa ainda, né? E vai constantemente dizer que agente tem que ficar quietinha, que agente tem que ficar no privado, que agente não precisa estudar. E a gente tem que dizer sim, a universidade é meu lugar, um cargo de poder é meu lugar também, eu posso ter família, posso fazer todas essas atividades de militância sim e assim por diante.”(Kamili, 33 anos, pesquisadora)

O depoimento de Kamili demonstra que a atuação política das mulheres negras em Mato grosso do Sul, parte da necessidade de romper com contextos de machismos que as mantêm em lugares subalternos dentro dos movimentos sociais. As experiências de subalternidade vivenciadas por essas mulheres dentro da militância, também são frequentes em suas relações de trabalho e afetividade.

Essas experiências de subalternidade em comum as levam para atuação política dentro dos Coletivos feministas de mulheres negras. Os depoimentos trazidos no decorrer do trabalho evidenciam que os coletivos têm por objetivo a atuação política voltada a desenvolver atividades referentes a mulheres negras, mas acabam configurando-se em redes de apoio entre mulheres negras no Estado.

Assim, as entrevistas coletivas salientam que histórias de mulheres que através de suas falas, desvelam o protagonismo de seus esforços para o domínio de suas vidas e histórias. Assim como conta Kamili:

[...]Nos dá a sensação, diante de tudo isso que agente passa e que agente vive desde que agente nasce nesse mundo, quando a gente entra pra um coletivo como esse, percebemos que não estamos só. Somos a metade das mulheres desse país, as vezes muitas em situação de violência, de pobreza e de dificuldade, que é o lugar que agente ocupa, grande parte de nos na sociedade, as vezes temos a impressão que estamos sozinhas, mas nós não estamos sós. Então quando agente vai para o coletivo e agente se junta, agente se fortalece coletivamente. Ocupa espaços de lutas por direitos, que são os conselhos, assim nós ocupamos espaço nos conselhos do direito do negro, da mulher, da saúde e nos fóruns. (Kamili, 33 anos, pesquisadora)

Os discursos também evidenciam as relações dentro das organizações de militância. Nestas, as estruturas hierárquicas demonstram como masculinidades e feminilidades se

relacionam nos espaços políticos. As críticas das mulheres negras ao machismo evidenciam a resistência às experiências de subalternidade, no sentido de não se manterem como subalternas em relação aos homens.

A necessidade de deslocamentos em busca de melhores condições de vida, também emerge nos discursos das interlocutoras. Recorrente em comunidades diaspóricas, os processos migratórios estão atrelados à noção de identidade constante na trajetória das interlocutoras.

Nesta conjuntura, destacam-se os aspectos geracionais nas narrativas das interlocutoras. Estes aspectos perpassam os depoimentos e tornam-se marcadores de Diferenciação entre as militantes.

Entre as interlocutoras que contribuíram com a pesquisa, a questão geracional emerge nos discursos em relação às motivações para a atuação política e participação no movimento. Como relata Dandara, 24 anos, estudante:

O campo de atuação do Coletivo Abayomi em Paranaíba é primeiro mapear os lugares que já existe mobilização ou encontro de mulheres negras, esse foi o primeiro passo quando a gente se propôs a atuar aqui. Dentro desse levantamento que fizemos, descobrimos que um desses espaços que já tem essa marca de reunir mulheres em situação de vulnerabilidade é o CRAS na cidade. Nós, antes de tudo pensamos em realizar atividades que se descentrassem do universo acadêmico, já que maior parte da nossa vida está voltada pra isso aqui. Pensar uma atuação que extrapolasse os muros da universidade, mas que não necessariamente estivesse vinculado a um projeto de extensão ou com algum vínculo universitário. Construindo assim, uma atuação que não nasceu lá, que nasceu em outro lugar, tem outra origem que não é acadêmica nem universitária, que é uma origem popular, essa é a nossa origem de fato. A gente começou participando das rodas de conversas que já aconteciam no CRAS e ocupando esse espaço, a primeira abordagem que a gente fez foi em relação ao 8 de março, dialogando com essas mulheres a importância dessa mulher vinculada a dinâmica de trabalho social, que lugar que ela ocupa nesse trabalho social. Basicamente o vínculo tem sido com o CRAS. Paralelamente nós temos dialogado com as pessoas do nosso entorno pra fortalecer e difundir as questões das mulheres negras, pra que elas entendam a necessidade política de uma organização de mulheres negras.(Dandara, 24 anos, estudante)

A fala de Dandara a respeito da atuação política do Coletivo Abayomi em Paranaíba nos permite observar o quanto a experiência das mulheres negras está relacionada com a questão da geração.

Neste sentido, as mulheres com idades entre 18 a 30 anos demonstraram uma experiência com o movimento social mais relacionada com os estudos e até com a sexualidade, ainda que sua atuação queira se distanciar das universidades. Enquanto que as acima dos 40 anos demonstraram experiências marcadas por desigualdades de gênero em relação ao trabalho e as relações afetivas. Como relata Zafira sobre sua entrada no coletivo Ubuntu:

[...] a importância do coletivo na minha trajetória enquanto mulher negra sindicalista. É a questão de estar me fortalecendo e me dando subsídios para que eu possa fazer a luta no meu dia a dia, com a questão das mulheres no mercado de trabalho. Então tem uma importância imensurável na minha vida e na minha trajetória. Todo conhecimento e todo empoderamento o coletivo me proporciona, a partir do momento que eu vou pra uma discussão sabendo que eu tenho um apoio que me dá base para fazer a discussão na ponta. Pra mim, nesse sentido o coletivo é fundamental. (Zafira, 58 anos, enfermeira)

As experiências de Zafira e Dandara demonstram a presença do aspecto geracional como marcador de Diferenças nos coletivos. De certa forma, Dandara tem sua experiência subjetivada pela universidade, demonstrando uma leitura da vida e da atuação política que passa pela academia. Já Zafira, por outro lado, em sua experiência com o trabalho e movimentos sindicais, demonstra que suas experiências estão distantes da universidade, de modo que o que a faz encontrar o movimento está relacionado às experiências de subalternidade, seja no trabalho ou na esfera afetiva.

Logo, neste trabalho procuramos trazer as motivações das mulheres negras com os coletivos no Estado de Mato Grosso do Sul. No primeiro capítulo, demonstramos suas experiências de subalternidade em relação aos homens dentro do movimento negro e sindical, bem como nas relações de trabalho e como isso se transforma em constituição de redes de apoio e atuação política dentro dos coletivos.

No segundo capítulo, trazemos suas histórias de migração e como essas mulheres constroem sentidos de identidades de mulheres negras junto com sua atuação no trabalho e nos contextos para além das universidades.

Em suma, o trabalho permite observar que a entrada das mulheres para os coletivos se dá em conjunto com uma série de experiências de subalternidades e demonstra que, além de os coletivos serem espaço de atuação política, eles aglutinam essas mulheres em redes de apoio.

O trabalho aponta também, a possibilidade de reflexões para projetos futuros, especialmente sobre o aspecto geracional presente nesses Coletivos.

REFERÊNCIAS

BAIROS, Luiza. Orfeu e Poder: Uma Perspectiva Afro-Americana sobre a Política Racial no Brasil. In: **Afro - Ásia**, nº. 17, 1996, Salvador: EdUFBA, p. 173.

BRAH, Avtar. Diferença, Diversidade, Diferenciação. **Cadernos Pagu, Campinas**, n.26, Jan./jun. 2006.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Revista Estudos Avançados**. vol. 17, n. 49, 2003, p. 117-132.

_____. Mulher negra na sociedade brasileira – O papel do Movimento Feminista na luta anti-racista. In. MUNANGA, Kabengele. **História do Negro no Brasil - O Negro na Sociedade Brasileira: resistência, participação, contribuição**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2004, p. 286-336.

GIACOMINI, Sonia Maria. **Mulher e escrava** (Uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil). Petrópolis: Vozes, 1988.

GOMES, Nilma Lino. **A mulher negra que vi de perto**. Belo Horizonte: Mazza edições, 1995.

GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje** 2, 1984, p. 223-244.

GONZALEZ, Lélia; HANSENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco zero, 1982.

HALL, Stuart. Da Diáspora: Indentidades e Mediações Culturais. Liv Sovik (org); Trad. Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília, 2003.

HOOKS, Bell. Intelectuais negras. **Estudos Feministas**, Florianópolis, ano 3, n. 2, p. 464-478, ago./dez. 2005.

MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. **Petrópolis, RJ: Vozes**, 2008.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **O Negro no Brasil de Hoje**. São Paulo: Global, 2006.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. In: **Sociedade e Cultura**. Goiânia: UFG, v.11, 2008.

SANTOS, Givanilda; SILVA, Maria Palmira da et.al. **Racismo no Brasil – percepções da discriminação e do preconceito racial no século XXI**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2005.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro:** ou vicissitudes da identidade do negro em ascensão social. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1983.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o Subalterno Falar?** Editora UFMG, Belo Horizonte, 2010.